

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 11/2021

Institui a Política Institucional de Concessão de Bolsas para os Estudantes da Graduação e da Educação Básica da Universidade Federal de Pernambuco.

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da Universidade Federal de Pernambuco, no uso das atribuições legais e estatutárias, e

CONSIDERANDO:

- a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regula o estágio;
- a Resolução CEPE-UFPE 20/2015 e IN PROGRAD nº 02/2020, que regulamenta o estágio no âmbito da UFPE;
- a Instrução Normativa nº 213/2019 do Ministério da Economia, que estabelece as orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- a Resolução Normativa nº 17/2006 do CNPQ, que estabelece as normas gerais e específicas para a modalidade de bolsas gerais e específicas;
- a Resolução nº 11/2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que regulamenta os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPE), de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/UFPE) e de Iniciação Científica Ensino Médio (PIBIC-EM/UFPE) da Universidade Federal de Pernambuco;
- a Portaria nº 259/2019 da Capes, que Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica (RP) e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID);
- a Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, que Institui o Programa de Educação Tutorial (PET);
- a Portaria nº 343, de 24 de abril de 2013, que altera dispositivos da Portaria MEC nº 976, de 27 de julho de 2010, que dispõe sobre o PET;
- a Resolução/CD/FNDE nº 42, de 4 de novembro de 2013, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET);
- o Decreto nº 7.416/2010, que regulamenta o art. 10 e o art. 12 da Lei nº 12.155/2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária;
- a importância de uma política de fomento à permanência dos estudantes ingressos na UFPE, com vistas à concretização dos princípios do art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º Fixar as diretrizes regulamentares do funcionamento da Política Institucional de Concessão de Bolsas para os Estudantes da Graduação e da Educação Básica da Universidade Federal de Pernambuco.

Parágrafo único. É permitida a concessão de bolsas a estudantes regularmente matriculados em outras instituições federais de ensino, desde que esteja prevista em edital específico.

Art. 2º A Política Institucional de Concessão de Bolsas para os Estudantes da Graduação e da Educação Básica da UFPE tem por objetivo a inserção do estudante no mundo do trabalho e em programas que promovam condições para produção acadêmica, científica, de inovação, de extensão e cultura, de esporte e lazer, com responsabilidade social.

Parágrafo único. As bolsas que tratam esta Resolução possuem natureza distinta das bolsas implementadas através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem a finalidade de promover a inclusão social através da permanência na educação superior pública.

Art. 3º A Política de Concessão de Bolsas para os Estudantes da Graduação e da Educação Básica da UFPE é constituída pelos seguintes Programas:

- I - Programa de Bolsas de Iniciação à Formação Multiprofissional (ProMulti);
- II - Programa Institucional de Estágio (Estágio);
- III - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);
- IV - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI);
- V - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM);
- VI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência da UFPE (PIBID);
- VII - Programa Institucional de Residência Pedagógica (PRP);
- VIII - Programa de Educação Tutorial (PET);
- IX - Programa de Monitoria (Monitoria);
- X - Programa Institucional de Bolsa de Extensão e Cultura (PIBEx);
- XI - Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA);
- XII - Programa de Bolsas em Esporte e Lazer (PBEL); e
- XIII - Programa de Desenvolvimento Profissional em Tecnologia da Informação (PDPTI).

Art. 4º Os Programas serão coordenados e supervisionados pelas unidades responsáveis, de acordo com o Anexo.

Art. 5º O quantitativo de bolsas destinado a cada programa será definido pelo respectivo setor/órgão responsável, em conjunto com o Gabinete do Reitor e a Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (PROPLAN).

Art. 6º Os Programas que constituem a Política Institucional de Concessão de Bolsas serão mantidos com recursos do Tesouro Nacional e por recursos extras, provenientes de outras fontes.

§ 1º A carga horária será de 12 a 20 horas semanais, de acordo com edital específico de cada Programa.

§ 2º A retribuição pecuniária das bolsas, que compõem a Política Institucional de Concessão de Bolsas para os Estudantes da Graduação e da Educação Básica da UFPE, será definida pelo respectivo setor/órgão responsável em conjunto com o Gabinete do Reitor e a Pró-Reitoria de Planejamento Orçamentário e Finanças (PROPLAN) e será divulgada nos editais correspondentes a cada Programa.

§ 3º Os Centros Acadêmicos que dispuserem de recursos próprios poderão solicitar seleção de bolsistas aos órgãos responsáveis, os quais irão autorizar vagas no Programa de Bolsas de Iniciação à Formação Multiprofissional, no Programa Institucional de Estágio, no Programa de Desenvolvimento Profissional em Tecnologia da Informação, no Programa de Educação Tutorial e no Programa de Monitoria.

Art. 7º A responsabilidade pelo registro da frequência mensal, preferencialmente em sistema eletrônico, e pela solicitação de pagamento das bolsas será do responsável pela unidade administrativa/pedagógica a qual o bolsista está vinculado.

Parágrafo único. Quando não for aplicável registro de frequência, devido à natureza do programa, será admitido relatório de atividades, conforme edital.

Art. 8º O acompanhamento das bolsas de cada Programa ocorrerá por meio de relatórios semestrais e/ou anuais, de acordo com a sua natureza, apresentados preferencialmente **online**, aos órgãos responsáveis.

Art. 9º As bolsas de cada Programa terão suas vigências estabelecidas em edital específico, levando em consideração suas necessidades e diretrizes.

Art. 10. É assegurada a liberação do/a bolsista para provas, avaliações e participação em eventos acadêmicos, científicos e estudantis, mediante comprovação.

Parágrafo único. O disposto no **caput** deste artigo deverá ser aplicado quando a liberação for vinculada à formação profissional do estudante, ou do interesse do projeto/programa do qual o/a bolsista faz parte, devendo, este, comunicar formal e previamente ao seu orientador/responsável.

Art. 11. Fica a cargo do responsável pela unidade administrativa e/ou pedagógica o cancelamento da bolsa de estudante que não preencha os requisitos para a sua manutenção.

Art. 12. É vedada a permanência:

I - de estudantes vinculados a mais de um Programa de bolsa que componha a Política Institucional de Concessão de Bolsas, concomitantemente;

II - de estudantes vinculados a outros programas de bolsa pagos pelo Governo Federal;

III - de estudantes que não estiverem regularmente matriculados e com frequência regular.

Parágrafo único. Não é considerado acúmulo os valores recebidos pelo estudante em caráter de assistência, de manutenção ou de permanência (bolsas do PNAES) e as constantes nessa Resolução.

Art. 13. Os Editais serão elaborados e divulgados pelos setores/órgãos responsáveis, conforme orientações de cada Programa.

Art. 14. Na seleção dos estudantes, quando previsto no edital, será dada prioridade aos estudantes que possuam renda familiar mensal de 1,5 salário mínimo **per capta**, estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) ou estudantes com deficiência.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

Seção I

Programa de Iniciação à Formação Multiprofissional

Art. 15. O Programa de Bolsas de Iniciação à Formação Multiprofissional (ProMulti) permite que os estudantes possam compreender o funcionamento da Administração Pública, seus princípios de governança, eficiência, sustentabilidade e políticas estratégicas de gestão.

Art. 16. São objetivos do ProMulti:

I - estimular o envolvimento protagonista dos estudantes com o processo de aprendizagem no mundo do trabalho mediante o acompanhamento, a supervisão e a avaliação das atividades desempenhadas; e

II - estimular a relação de pertencimento entre o estudante e a Universidade.

Art. 17. Poderão concorrer às bolsas ProMulti os estudantes que atendam aos seguintes critérios:

I - estar matriculado numa carga horária correspondente a, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas por semestre;

II - ter concluído, no mínimo, o primeiro período dos cursos de graduação; e

III - ter sido aprovado em, no mínimo, 50% das disciplinas cursadas no semestre anterior.

Art. 18. A permanência do estudante no ProMulti será de 01 (um) ano, podendo ser renovado por igual período.

Art. 19. O processo de seleção de estudantes e o quantitativo de vagas do Programa de Bolsas de Iniciação à Formação Multiprofissional serão definidos pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE), em edital específico.

Seção II

Programa Institucional de Estágio

Art. 20. O Programa Institucional de Estágio visa proporcionar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, científico e de relacionamento humano, possibilitando a integração entre teoria e prática através do contato com a vida profissional, observando estreita relação com as diretrizes curriculares do Curso.

§ 1º As atividades desenvolvidas pelo Estagiário deverão ter, obrigatoriamente, correlação com a área de estudos do Curso em que o Estagiário estiver regularmente matriculado.

§ 2º O Programa Institucional de Estágio refere-se ao estágio não obrigatório e/ou obrigatório, de acordo com os limites definidos no Projeto Pedagógico do Curso, mediante entrega, pelo estudante, dos relatórios parciais e final de estágio.

Art. 21. O processo de seleção de estudantes e o quantitativo de vagas do Programa Institucional de Estágio será definido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE), em edital específico.

Seção III

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Art. 22. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa promover a iniciação do estudante de graduação na produção do conhecimento, sob a orientação de professor pesquisador da UFPE.

Art. 23. O processo de seleção de estudantes e o quantitativo de vagas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) será definido pela PROPESQI, em edital específico.

Seção IV

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Art. 24. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) visa estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação, sob a orientação de professor pesquisador da UFPE.

Art. 25. O processo de seleção de estudantes e o quantitativo de vagas do Programa Institucional

de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) será definido pela PROPESQI, em edital específico.

Seção V

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio

Art. 26. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM) visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio e profissional da Rede Pública, sob a orientação de professor pesquisador da UFPE.

Art. 27. O processo de seleção de estudantes e o quantitativo de vagas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM) será definido pela PROPESQI, em edital específico.

Seção VI

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

Art. 28. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Art. 29. O PIBID é destinado aos estudantes dos cursos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência e desenvolvido pela Instituição de Ensino Superior (UFPE), em parceria com as escolas de educação básica da rede pública de ensino, sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

Art. 30. O PIBID-UFPE tem como objetivos:

I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;

II - contribuir para a valorização do magistério;

III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;

IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;

V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;

VI - articular a teoria e a prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

Art. 31. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação do PIBID-UFPE, será definido pela PROGRAD, em edital específico.

Seção VII

Programa de Residência Pedagógica

Art. 32. O Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Art. 33. O PRP-UFPE institui o programa no âmbito das licenciaturas da UFPE, tendo a mesma

finalidade de aproximar os estudantes em formação docente da educação básica pernambucana.

Art. 34. O PRP-UFPE tem como objetivos:

I - aperfeiçoar a formação dos estudantes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;

II - induzir a reformulação da formação prática nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

III - fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores; e

IV - promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Art. 35. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação do PRP-UFPE, será definido pela PROGRAD, em edital específico.

Seção VIII

Programa de Educação Tutorial

Art. 36. O Programa de Educação Tutorial (PET) é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação, orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

Art. 37. São objetivos do PET:

I - desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar;

II - contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação;

III - estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;

IV - formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país;

V - estimular o espírito crítico, bem como a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior;

VI - introduzir novas práticas pedagógicas na graduação;

VII - contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e

VIII - contribuir com a política de diversidade na Instituição de Ensino Superior – IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero.

Art. 38. Ao estudante vinculado a um grupo PET é permitida a permanência, como bolsista, até a conclusão da sua graduação.

Art. 39. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação do PET, será definido pela PROGRAD, em edital específico.

Seção IX

Programa de Monitoria

Art. 40. O Programa de Monitoria é um espaço de aprendizagem, proporcionado aos estudantes dos cursos de graduação da UFPE, visando o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do ensino.

Art. 41. São objetivos do Programa de Monitoria:

I - ampliar a participação do estudante de graduação na vida acadêmica, mediante a realização de atividades relacionadas ao ensino;

II - possibilitar o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades de caráter pedagógico do estudante;

III - contribuir para a melhoria do ensino de graduação, colaborando com o professor da disciplina no estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas; e

IV - atuar como elemento facilitador nas relações entre professores e estudantes, através do esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo e à realização das atividades propostas.

Art. 42. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação no Programa de Monitoria, será definido pela PROGRAD, em edital específico.

Seção X

Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura

Art. 43. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão e Cultura da UFPE (PIBEx) tem por objetivo consolidar a extensão universitária como um conjunto de ações da Universidade junto à comunidade, possibilitando o compartilhamento com o público externo do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos pela Instituição, articulando o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a Universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social.

Art. 44. São objetivos do PIBEx:

I - contribuir para a formação profissional e cidadã de estudantes de graduação da UFPE, mediante a participação no desenvolvimento de projetos de Extensão;

II - fortalecer a institucionalização das atividades de extensão no âmbito das unidades, órgãos e Centros da UFPE; e

III - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas e tecnológicas geradas na Instituição.

Art. 45. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação no PIBEx, será definido pela PROExC, em edital específico.

Seção XI

Programa de Bolsa de Incentivo Acadêmico

Art. 46. O Programa de Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA) é resultante de uma parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPE (PROExC) e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), com objetivo de fomentar a permanência de estudantes oriundos de escola pública.

Art. 47. São objetivos do BIA:

I - contribuir para a ampliação de políticas de acesso, manutenção e sucesso dos estudantes ingressantes na UFPE, oriundos da rede pública estadual e municipal de ensino;

II - incentivar o desenvolvimento acadêmico e o engajamento do estudante à vida universitária,

através da participação em projetos de extensão e/ou pesquisa e/ou ensino; e

III - apoiar financeiramente a permanência do estudante na Universidade, através da concessão de uma bolsa de incentivo acadêmico no 1º ano do curso superior.

Art. 48. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação no BIA, será definido em edital específico.

Seção XII

Programa de Bolsas em Esporte e Lazer

Art. 49. O Programa de Bolsas em Esporte e Lazer da UFPE (PBEL – UFPE) visa o desenvolvimento do Esporte e do Lazer de forma inclusiva e participativa atendendo à comunidade acadêmica, tendo como foco central atender duas vertentes: Esporte de Participação e Lazer e Esporte de Rendimento Universitário.

Art. 50. São objetivos do Programa de Bolsas Esporte e Lazer da UFPE:

I - estimular a participação da comunidade acadêmica à prática de atividades física, de esporte e lazer;

II - contribuir para o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais;

III - oportunizar aos acadêmicos a prática do Esporte de Rendimento Universitário;

IV - contribuir para a aproximação dos acadêmicos no campo de intervenção profissional, partindo de realizações de atividades de esporte e lazer para a comunidade da UFPE; e

V - proporcionar uma maior interação com a comunidade local a partir de programas de esporte e lazer existentes na Universidade.

Art. 51. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas e requisitos necessários para participação no Programa de Bolsas em Esporte e Lazer, será definido em edital específico.

Seção XIII

Programa de Desenvolvimento Profissional em TI

Art. 52. O Programa de Desenvolvimento Profissional em TI (PDPTI) permite que estudantes possam compreender o funcionamento da Tecnologia da Informação e Comunicação, equipamentos e redes de computadores, conectividade, desenvolvimento de sistemas e princípios de Governança e Gestão de TI.

Art. 53. São objetivos do PDPTI:

I - estimular a aprendizagem no mundo do trabalho mediante o desenvolvimento da prática dos estudantes, com o acompanhamento, supervisão e a avaliação das atividades desempenhadas na área de TI; e

II - estimular a relação de pertencimento entre o estudante e a Universidade.

Art. 54. Poderão concorrer às bolsas PDPTI os estudantes que atendam aos seguintes critérios:

I - estar matriculado numa carga horária correspondente a, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas por semestre; e

II - ter concluído, no mínimo, o primeiro período dos cursos de graduação.

Art. 55. Serão disponibilizadas bolsas para:

I - estudantes com conhecimento na área de **hardware**, rede de computadores, configuração de **software**, dentre outros;

II - estudantes com conhecimento na área de programação, banco de dados, configuração de redes de computadores e/ou gestão da informação; e

III - estudantes com experiência comprovada na área de programação, banco de dados, configuração de redes de computadores e/ou gestão da informação.

Art. 56. O processo de seleção de estudantes, com o quantitativo de vagas do Programa de Desenvolvimento Profissional em TI (PDPTI), será definido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), em edital específico.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. Os casos omissos nesta Resolução serão analisados e definidos pelas unidades responsáveis pelos respectivos Programas, assegurado recurso ao Conselho de Administração.

Art. 58. Esta Resolução entra em vigor em 2 de agosto de 2021.

APROVADA NA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, REALIZADA NO DIA 22 DE JULHO DE 2021.

Presidente:

Prof. ALFREDO MACEDO GOMES

Reitor

ANEXO

Tipo de Programa	Unidade Responsável
Programa de Bolsas de Iniciação à Formação Multiprofissional Programa Institucional de Estágio	PROGEPE
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Ensino Médio (PIBIC-EM)	PROPESQI
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBIDI) Programa Institucional de Residência Pedagógica (PRP) Programa de Educação Tutorial (PET) Programa de Monitoria	PROGRAD
Programa Institucional de Bolsa de Extensão e Cultura (PIBEXC) Programa de Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA)	PROExC
Programa de Bolsas em Esporte e Lazer (PBEL)	Complexo de Atividades de Esporte e Lazer (CAEL)
Programa Desenvolvimento Profissional em TI (PDPTI)	Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)